

A REVISTA A DEFESA NACIONAL: MEMÓRIA E POLÍTICA (1931-1937)

A DEFESA NACIONAL JOURNAL: MEMORY AND POLITICS (1931-1937)

Antônio Manoel ELÍBIO JR. *
Fernanda de Santos NASCIMENTO**

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a categoria “Questões Nacionais (ou não-militares)” na *Revista A Defesa Nacional* (ADN). Chama a atenção ao investigarmos a ADN, que temas como o *papel do Exército/ Militares e a política* sejam tão frequentes quanto os assuntos relacionados à organização militar e às reformas militares. A recorrência destes assuntos demonstrada na formação do *corpus* deste trabalho tornou-o relevante para a análise sobre *A Defesa Nacional* nas edições aqui levantadas publicadas entre os anos de 1931 a 1937. Portanto, procuraremos problematizar o papel dos militares na República e a “modernização do Exército” que são discutidos pelos redatores da ADN, sobretudo pela oficialidade do Exército Brasileiro.

Palavras-chaves: A Defesa Nacional; Exército; Modernização.

Abstract: This paper aims to analyze the category "National issues (or non-military)" in the *A Defesa Nacional Journal*. As we investigate the journal, we noticed that themes such as the *role of the Army / Military and politics* are as frequent as the issues related to the military organization and military reforms. The recurrence of these subjects displayed in the formation of the corpus of this work made it relevant to the analysis of *Defesa Nacional* journal on issues raised here published between 1931 and 1937. We will, therefore, seek to problematize the role of the military in the Republic and the "modernization of the Army" that are discussed by the editors of the *Defesa Nacional Journal*, especially by officers of the Brazilian army.

Keywords: *Defesa Nacional Journal*; Army; Modernization.

O Exército, em que pese a opinião de céticos é, na verdade, o elemento nato de nossa organização social a qual decorre, simultaneamente, da vinculação material e da comunhão espiritual. Entidade por excelência sistematizadora e realizadora de nossa verdadeira política, inspirada na sociologia brasileira em sua dupla feição – estática e dinâmica, nela se encontra um verdadeiro laboratório de soluções dos problemas nacionais.

Não sejamos nós militares, mais uma vez, os trouxas das cantatas da torpe politicagem indígena que vem desangrando o Brasil desde os primórdios de sua independência política [...] Militares, alerta pelo Brasil!

Correia Lima, ADN março de 1936.

* Doutor em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social-IFCH, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e Pós-Doutor em Ciência Política – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Professor Adjunto 2 do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba tonyelibio@hotmail.com

** Doutora em História – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutora em História pela mesma Instituição. Bolsista CNPq. fernandaisrael@gmail.com

Este artigo tem por objetivo analisar a categoria “Questões Nacionais (ou não-militares)” na *Revista A Defesa Nacional* (ADN). Chama a atenção ao investigarmos a ADN, por exemplo, que temas como o *papel do Exército/ Militares e a política* sejam tão frequentes quanto os assuntos relacionados à organização militar e às reformas militares. Foram relacionados oitenta e cinco textos dentro desta categoria e que correspondem a 46,96% do total de textos colhidos em *A Defesa Nacional*, entre janeiro de 1931 e dezembro de 1937. A partir de 1935 a frequência desses textos é aumentada de dois para um, em relação ao período de 1931-1934. Recordamos que, a partir de 1935, a ADN muda sensivelmente. A incidência destes assuntos demonstrada na formação do *corpus* tornou-o relevante para a análise sobre *A Defesa Nacional* no período aqui proposto.

O artigo, portanto, procura problematizar os seguintes temas: o papel dos militares na República e a “modernização do Exército”, que são discutidos pelos redatores da revista *A Defesa Nacional*. O primeiro tema, relacionado ao papel dos militares e sua relação com a política, totalizou vinte e nove textos, entre os anos de 1931 e 1937. Esses textos correspondem a 34,11% do total de oitenta e cinco, englobados na categoria Questões Nacionais. Esses textos também acabam por discutir a questão do fim do liberalismo e do autoritarismo como sistema político. Em relação ao nosso *corpus* de análise, esses textos representam 16% do total. Este número é revelador: na categoria Questões Militares, o tema que mais aglutinou textos representa, em relação ao *corpus* de análise, 17% do total. Logo, é possível estabelecer que, tanto a relação dos militares com a política, quanto à organização e à modernização do Exército eram os grandes focos cuja discussão se fazia necessária entre a oficialidade reunida em torno de *A Defesa Nacional*.

A Defesa Nacional foi uma revista fundada por um grupo de jovens militares em 1913. Esses militares tinham em comum o desejo de incutir no Exército brasileiro uma cultura realmente profissional, ligada às necessidades da guerra moderna. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) demonstraria a importância de tais preocupações para a vida de um país. A maior parte dos seus redatores havia participado de estágios em corpos de tropa alemães, entre os anos de 1906 e 1910. Ao retornarem ao Brasil, esses oficiais foram recebidos com pouco caso e perceberam que, se dependesse da estrutura burocrática do Exército, os ensinamentos apreendidos durante os dois anos de estágio junto ao Exército alemão seriam perdidos (TREVISAN, 1993, p. 135). Inconformados,

um grupo de onze militares funda, em setembro de 1913, nas dependências do Clube Militar, o projeto de uma revista de assuntos militares que deveria refletir “As ideias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho”.¹ O texto deixa claro o atrevimento dos jovens militares ao intuir que a revista foi criada pelo próprio momento histórico, dadas as circunstâncias de atraso do Exército nacional.

A primeira metade da década de 1930, no campo político, consistiu na luta pela composição de um novo projeto republicano. A disputa política foi tumultuada e cristalizada em dois polos principais: de um lado, a oligarquia paulista que lutava para retomar o controle do poder, cuja revolta de 1932 foi o ápice desta política. Perdedora, só lhe restou bradar a bandeira constitucionalista. Por outro lado, o poder político dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul que tentavam isolar São Paulo do centro do poder. A convocação da Assembleia Constituinte foi uma vitória política para os paulistas. Sua esperança era de que a nova carta constitucional constituísse a porta de entrada para alcançar o poder novamente.

Os tenentes estiveram no poder de alguns estados da federação por mais de um ano após os episódios de novembro de 1930. Pouco depois, com a revolta constitucionalista, o movimento perdeu força e o Exército ganhou vigor e poder com o expurgo de militares indesejáveis de suas fileiras. A maior parte dos tenentes passou a integrar definitivamente a política, abandonando a instituição militar, ou voltando-se para a caserna, abandonando a vida política. Alguns, no entanto, agregaram-se em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, defendendo as tradicionais propostas tenentistas. O golpe de 1935 inseria-se no já tradicional movimento de sedições militares que, desde 1922, agitava a vida política do país e assolava a disciplina e a coesão da caserna. Conforme destacou Macedo:

[...] a produção historiográfica, inclusive a mais recente – construída sobre modelos sociológicos e centrada no estudo das ideologias – avaliou o ideário militar durante o contexto relatado a partir da formação social e/ou do aspecto organizacional do movimento. Nestes estudos, no geral, o que se afirma é que os —tenentes não teriam condições de elaborar um ideário próprio e de se livrarem de um —liberalismo de fachada, utilizando-o como bandeira de luta para atuarem contra a dominação das oligarquias centrais (MACEDO, 2015, p. 19).

A Revolução de 1930 somente acentuou o problema da disciplina militar: convulsões, conspirações e agitações irão permear a instituição até, pelo menos, 1937, quando diminui a intensidade de tais conflitos e a questão da disciplina foi

insistentemente trabalhada pelos redatores de ADN. Por outro lado, a instituição militar se organizava e se modernizava: era necessário adequar o Exército brasileiro às prerrogativas que guiavam os exércitos modernos das maiores potências; e nesse âmbito, o grupo reformador obteve significativo êxito. A discussão em torno da modernização não deixaria de passar pela problemática modernização do país, pois seria necessário adequá-lo também às questões militares que definiriam dois polos principais do pensamento militar: de um lado, a defesa e de outro, o progresso. Não há questões antagônicas, mas sim complementares e que acabariam por moldar novos componentes da doutrina militar brasileira.

O Papel dos Militares - A política do Exército

A convicção de que a política militar poderia regenerar o país era opinião corrente entre a oficialidade. Todavia, não podemos afirmar que as Forças Armadas era uma instituição coesa, sem dissensos e que era dirigida sem conflitos internos. Trata-se de uma categoria profissional, um dos corpos do Aparelho de Estado, fracionada em tendências e que disputavam a direção política do Exército e seus rumos.

Durante o ano de 1934 vários boatos de conspirações militares rondaram os ouvidos do presidente Vargas. Para o General Daltro Filho, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), os militares eram a “única reserva organizada no espírito nacionalista e o único freio que ainda se pode opor decisivamente às tendências desagregadoras, internas ou estranhas à comunhão brasileira” (VIANNA, 2007, p. 133). Para os fundadores de ADN, em seu primeiro editorial de 1913, o Exército “única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente – vai às vezes, um pouco além de seus deveres profissionais para tornar-se, em dado momento, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social”.² Ou seja, na fala de Daltro Filho, encontram-se vários elementos comuns à fala dos redatores de ADN, como o Exército sendo a única força organizada da nação e a convicção do regime desagregador imposto pelos políticos, desde o advento da República.

Este discurso será amplamente defendido pela ADN durante a década de 1930, assim como o havia sido durante a década de 1920. A oficialidade estava imbuída de ideias comuns, que faziam parte da crença no papel dos militares em uma nacionalidade em construção como a do Brasil. As relações do Exército com a defesa nacional e as relações deste com a política deixava cada vez mais claro aos militares que era necessário adaptar à política ao Exército ou, em outras palavras, fazer uma política *do*

Exército.³ Os militares já estavam conscientes de que a Instituição não deveria fazer a política partidária e sim participar de forma coesa da política nacional, como o braço armado do Estado, defendendo os seus interesses através de uma política de desenvolvimento social e econômico para a nação. Esta percepção também foi difundida pelos redatores de ADN ainda na primeira década de sua existência: basta lembrarmos a insistência dos autores em que o Exército não deveria participar da política com “p minúsculo”, aquela ligada a partidarismos e intenções individualistas de alguns oficiais, mas da política com “P maiúsculo”, irradiada pela Instituição de forma coesa e disciplinada. Esta noção seria invocada novamente pelos redatores da ADN a partir de 1935.

Já em janeiro de 1931, a revista publica trechos dos discursos de Getúlio Vargas e do General Tasso Fragoso que haviam sido proferidos no almoço de oficiais do Exército e da Marinha, ocorrido em 2 de janeiro de 1931. Foram selecionados trechos para publicação sobre o novo Brasil, a função das classes armadas, a relação dos militares com a política e a segurança interna do país. Ambos os discursos rechaçam o partidarismo dentro das Forças Armadas. Os trechos mais interessantes, porém, provêm do discurso de Fragoso. De fato, o general havia participado, junto com Mena Barreto, da Junta Militar que depôs Washington Luis. O general também havia se envolvido no movimento de 1889 e era bastante respeitado por suas posições legalistas. Fragoso era um representante do *velho Exército*, porém, congregava ao seu redor a Instituição. De acordo com o general “Não temos ambições políticas nem devemos tê-las. A história de outros países e a nossa própria história mostram as desilusões que as forças armadas recolhem inevitavelmente quando, traindo sua missão sagrada, infligem em seu seio o mais terrível germen de dissolução.”⁴ Um militar jamais deveria assumir uma função pública como representante da classe militar e sim como delegado de confiança dos cidadãos. Para o general, jamais haverá glória ao militar que dominar o país através de suas armas e assim o manter. A vida de militares, que se imiscuíram na política e saíram ressentidos, deveria servir de exemplo para que a oficialidade não fizesse o mesmo. Bolívar e San Martín são exemplos de militares que fizeram revoluções e deixaram o governo para os civis; cita também Deodoro e Floriano, que abandonaram as suas posições de dirigentes da nação para que esta fosse assumida pelos políticos. Aparentemente, o general aceitava a ideia de intervenções moderadoras dos militares na política, a fim de a nação retomar o caminho do desenvolvimento, como havia sido o movimento de 1889.

Em dezembro de 1931, a revista retoma este tema. Publica trechos da conferência de Antonio Batista Pereira, o único civil que fazia parte do Grupo de Administração de ADN, de acordo com os novos estatutos, publicados em junho/julho de 1931. A palestra foi proferida no centro Acadêmico XI de Agosto, em São Paulo, na Faculdade de Direito. Os tópicos escolhidos para publicação foram aqueles relacionados à política e aos militares. Para o conferencista, o Exército não pode se afastar de suas lides militares. O militar que se dedica integralmente às suas funções não detém o tempo necessário para se dedicar a outros afazeres; por outro lado, aquele que se envolve na política não pode continuar na caserna, porque existe uma inversão de hierarquia: acostumado a mandar em seu cargo político, não mais quererá ser mandado no Exército. Portanto, o soldado deve ser como um monge: abnegado e disciplinado, cômico de seu dever de militar.⁵

Esta opinião parece ser claramente direcionada à situação dos tenentes que ocupavam cargos de comando na maioria dos estados da federação. Certamente que muitos militares não aprovavam a participação desses ‘tenentes’ na vida política do país: ao afastarem-se da caserna, esses militares iam ao encontro justamente da política partidária e de interesses, da qual a Instituição desejava se afastar. A participação na política era uma inversão do princípio hierárquico porque, em determinadas situações, o poder do interventor era maior do que o da autoridade militar da região, embora ele ainda pertencesse à Instituição e devesse, teoricamente, subordinar-se a ela. Por outro lado, as lideranças tenentistas nunca participaram de *A Defesa Nacional* e, aparentemente, sequer se interessavam pelo seu projeto de modernização e profissionalização do Exército. Esses militares preocupavam-se mais com a situação social e a moralização da política, embora pouco entendessem desses assuntos. Prova disto é que o movimento só pensou em formar bases ideológicas a partir de 1931, com o lançamento do Esboço Revolucionário e a formação das agremiações políticas, como o Clube 3 de Outubro e as Legiões Revolucionárias. O grupo tenentista jamais se envolveu com os problemas da caserna: enquanto se deslocavam pelo Brasil, em defesa de vagos ideais sociais, um grupo coeso e forte de militares empenhava-se na defesa da Instituição e em seu fortalecimento.

Para muitos autores, a própria ideia de tenentismo e a importância dada ao movimento foi uma decorrência da aliança do movimento com os revolucionários de 1930 e sua consequente vitória, como participante secundário, dos acontecimentos.⁶ Para outros autores, no entanto, a participação dos militares reformistas é que foi exagerada para a história. Obviamente, neste caso, seria apenas uma coincidência o fato

de que a maior parte dos militares envolvidos com o projeto intervencionista da década de 1930 fosse partidária dos ideais da ADN e participasse, efetivamente, da revista?⁷

Em abril de 1932 o editorial intitulado “A política militar e a prática política” deixa clara a ideia de que os militares são “seres políticos”, seguindo pela mesma lógica do pensamento de Aristóteles. A diferença reside em apenas um ponto: a política pela qual os militares devem se interessar e se envolver é aquela relativa à defesa nacional. O militar não deve e não pode imiscuir-se na política partidária, primeiro porque representa uma classe a serviço da nação, segundo, porque a guerra moderna atribui tantas responsabilidades profissionais ao militar que ele não pode se dedicar aos encargos políticos: “como o feitio e a natureza da Guerra moderna, a vida militar tem uma tal extensão, que não sobra tempo ao oficial, mesmo a um homem de raro valor, para se imiscuir na ciência e arte dos governos democráticos”. (MORAES apud COSTA, 1997, p. 80). Portanto, afirma o editorial que os militares devem efetivamente exercer a *política militar*. O texto segue pelo problema da questão das comunicações, que é um assunto no qual é necessário a *política militar*. Os redatores referem-se a projetos de construção de ferrovias próximas às fronteiras e que este tipo de ação é prejudicial por dispor aos possíveis inimigos, armas para nos atacar. O texto depreende que isto é mais um problema da eterna incompreensão das classes armadas pelos políticos. Assevera, também, que não existe política nacional no Brasil, por isso a dificuldade em ajustar-se à política militar. O redator finaliza seu texto advertindo que existem muitos militares políticos, mas que mesmo assim falta uma política militar bem articulada. Para os militares, “tudo isso prova que nenhuma vantagem há para as classes armadas em terem representantes seus na militância política”. A participação da influência política na intimidade da caserna há apenas de ser desastrosa.

A questão da política militar já havia sido levantada em editorial de fevereiro de 1932. Nele, acredita-se que o Brasil “hesita evidentemente em sua política militar, cujo rumo ainda não conseguiu definir, embora a situação internacional pareça indica-lhe o perigo que corre com tal procedimento”.⁸ O redator explica que é necessário que surja um poder político e militar na América do Sul e que Brasil, Argentina e Chile seriam os países logicamente responsáveis por este poder. Por conta de sua falta de organização militar no momento atual, o Brasil “não tem prestígio para firmar uma orientação conveniente ao conglomerado Sul Americano e torna-se, assim, o maior responsável pela fraqueza do continente. Além disso, cria perigos internos na América do Sul, pois favorece com sua fraqueza a dispersão da política internacional sul-americana”. Portanto, a partir do momento que se colocasse em prática a *política militar*, esta traria

benefícios diretos para o Brasil, inclusive uma posição melhor dentre os outros países da América do Sul. A relação dos militares com a política já havia sido destacada pelos jovens turcos nas edições da revista durante a década de 1910. Também durante a década de 1920, os militares já preconizavam a necessidade de dedicar-se a uma política militar.

Cabe destacar aqui, a ação de dois militares como presidentes de *A Defesa Nacional* durante este período: o então major J. B. Magalhães e o major Tristão de Alencar Araripe. Ambos os oficiais terão uma participação chave, tanto no interior da revista e nas ideias que ela advoga quanto no interior da própria Instituição militar. Tais oficiais se destacaram pelo seu trabalho junto ao Estado Maior do Exército e por uma produção intelectual voltada para as letras, na participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

João Batista Magalhães entra como redator da ADN em novembro de 1931, cargo em que permanecerá até agosto de 1934. Porém, sua participação na revista já havia sido efetuada antes disso, pois registramos que de 1926 a 1929 Magalhães fazia parte do grupo mantenedor da revista. Durante o período que esteve envolvido diretamente com a produção da revista, isto é, entre 1931 até 1934, Magalhães foi responsável pela produção dos editoriais da revista. Embora os editoriais não estejam assinados, é possível inferir que a partir de janeiro de 1932 eles tenham sido escritos por Magalhães. Todos os editoriais escritos entre janeiro de 1932 e agosto de 1934 são caracteristicamente longos, abordam vários assuntos, possuem termos em francês e latim e possuem um fio condutor: a questão da *política das forças armadas*, ponto crucial de um novo pensamento militar que irá se estabelecer entre a oficialidade. Analisando outros escritos assinados por este oficial, como o projeto constitucional sobre a defesa nacional e, mormente, suas obras literárias em relação ao Exército, é possível identificar trechos bastante similares àqueles publicados nos editoriais da ADN. Mesmo expressões em francês que são frequentemente utilizadas nestes editoriais, possuem frequência similar em escritos assinados pelo oficial.

Magalhães entrou no Exército em 1905 como soldado e, entre 1906 e 1908, frequentou a Escola de Guerra de Porto Alegre, de onde saiu aspirante a oficial em 1909. É interessante notar que durante este período, uma série de jovens militares tiveram sua formação em Porto Alegre: Francisco de Paula Cidade, Góes Monteiro, e Eurico Dutra. Em 1912, Magalhães completa sua formação como oficial na Escola de Artilharia e Engenharia do Realengo. Foi um dos mais engajados alunos da Missão Militar Francesa e foi formado pela Escola Superior de Guerra da França, entre 1929 e

1931. Serviu como oficial do Estado Maior do Exército em várias funções e em períodos variados, até pelo menos 1938. Com acentuado interesse pela história nacional e, em particular, pela história do Exército, Magalhães escreveu diversos livros sobre a profissão militar, ocupando cadeira no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do IHGB. Em 1941, ao ser preterido à promoção de general a qual tinha direito, Magalhães pede transferência para a reserva.

Em 1932, na condição de oficial do Estado Maior do Exército, Magalhães é o responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional relativo às classes armadas e à defesa nacional. Este trabalho tem por objetivo discutir os pontos a serem inseridos na nova Constituição Nacional. Seu trabalho, dividido em cinco pontos, é extenso: nele, o autor revela ser grande possuidor de cultura geral, pelos temas que aborda. Sua insistência, em relação aos problemas da defesa nacional e da guerra moderna, demonstra o alto grau de assimilação das ideias propagadas pela MMF. As disposições constitucionais acabam por ser consideradas como sendo de Góes Monteiro, representante do Exército na comissão da constituinte em 1933. Mas, a maior parte dos itens levantados por Góes já estavam em discussão pelo EME entre 1931 e 1932.

O trabalho, de cunho restrito e publicado somente para o EME, foi dividido em cinco pontos por Magalhães, os quais representavam a análise global do problema da defesa nacional no Brasil. O primeiro ponto abordado é um apanhado sobre a evolução militar do Brasil desde o descobrimento até a década de 1930, com o intuito de evidenciar a falta de continuidade nas reformas e a incompreensão geral dos políticos em relação ao papel do Exército; o segundo ponto faz um exame da situação do Exército no século XX e suas necessidades em relação à guerra moderna; o terceiro ponto é um exame detalhado da Constituição de 1891 e os dispositivos concernentes às forças armadas e à defesa nacional; o quarto ponto discute os dispositivos que devem fazer parte da nova constituição e que encaram o problema da defesa nacional de forma global e, por último, Magalhães faz uma sucinta conclusão do assunto.

Já na primeira parte, Magalhães identifica duas mentalidades concorrentes no meio militar. A primeira delas, chamada de mentalidade dos exércitos profissionais, teria relação com a chegada do exército português em terras brasileiras e ligação com uma cultura militar. A outra, denominada mentalidade miliciana, teria origem na formação de milícias no Brasil colônia, ligadas a interesses políticos e individuais. Esta mentalidade miliciana, sobrevivente, apesar dos diversos períodos históricos, teria ligação com a política dentro do Exército e seria mesmo sua correlatora. Para Magalhães, o exame do passado é ferramenta indispensável para o conhecimento do

presente e o planejamento do futuro. Este pensamento é repetido não só no estudo em questão, mas em diversas páginas da ADN ao longo do período aqui analisado. Essa ideia pode ser identificada como uma das características da ética militar apontadas por Huntington. Para o autor, a ética militar “proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo, a importância da ordem, da hierarquia e da divisão de funções. Salienta a continuidade e o valor da história [...] a ética militar é pessimista, coletivista, historicamente influenciada, nacionalista e militarista” (HUNTINGTON, 1996, p. 97). Todas essas características são encontradas no estudo de Magalhães aqui debatido, como também em diversos momentos nas páginas da revista.

Para Magalhães, a situação de abandono militar vivida pelo Brasil era reflexo da mentalidade miliciana e da falta de continuidade das políticas em relação às reformas na instituição militar: “o espírito miliciano é, talvez, o único responsável [...] tal é o que se chama o militar político”. A mentalidade miliciana explica, pois, a “atração mútua que tem existido entre nós, entre a política e as classes armadas” (MAGALHÃES, 1949, 160). Para o autor, a mistura do credo católico com a força da raça brasileira foi o que determinou a unidade da Pátria. A colaboração do catolicismo será discutida em um longo editorial de ADN, publicado em abril de 1933. As ideias expostas no editorial são as mesmas do documento escrito por Magalhães, o que nos permite inferir que o próprio Magalhães tenha escrito esse editorial, assim como a totalidade deste tipo de texto publicado entre janeiro de 1932 e agosto de 1934. Nesse texto, o autor faz todo um retrospecto da história nacional, desde o descobrimento, e relaciona que quem manteve o Brasil unido durante todo este período foi o catolicismo.⁹ Em segundo plano viria o Exército, instituição magna que congrega os brasileiros de todos os credos e luta constantemente contra a desagregação nacional.

Na continuação do esboço histórico do Exército inserido no pré-projeto para a Constituinte, Magalhães acredita no aumento da dificuldade da organização militar durante o período republicano. Expondo a situação dos vizinhos do Brasil – notadamente Chile e Argentina – argumenta que os problemas da Instituição passaram do Império à República sem solução, notadamente o ensino militar e o recrutamento obrigatório. Coloca que o Império foi o grande responsável pelo encorajamento do militar político e que durante o período republicano este tipo ainda se faz presente na Instituição. O autor saúda a Missão Militar Francesa (MMF) como a vitória da nova mentalidade militar sobre a velha.

Com a chegada da MMF, ocorreu o choque das mentalidades profissional e miliciana incorrendo, notadamente, a vitória da primeira. Aqui é necessário um

parênteses: embora Magalhães admita o caráter maléfico da política no Exército e da participação de militares em movimentos sediciosos, ele próprio foi preso em 1922 por fazer parte do levante de 5 de julho. Nesta época, o oficial era aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que funcionava junto à Escola Militar, no Realengo. É possível que a prisão tenha diminuído o ímpeto revolucionário do jovem militar. Após este pequeno deslize na carreira, Magalhães tornar-se-á um dos melhores alunos da MMF nos anos posteriores a 1922. Este fato demonstra que a oficialidade dos anos 1920, notadamente tenentes e capitães, estava bastante confusa em relação ao seu papel dentro de uma instituição que é um dos braços do Estado, e de sua participação, como membros desta instituição na sociedade.

Magalhães concebe ainda, a falta de uma *política militar* adequada aos problemas enfrentados pelo Brasil. Cabe ressaltar aqui que esta ideia da *política militar* vai permear muitos dos trabalhos escritos pelos redatores da ADN durante a década de 1930. Este traço também pode ser identificado no discurso de Góes Monteiro. Magalhães alerta para a necessidade de maior desenvolvimento das relações internacionais, notadamente com os vizinhos mais próximos do Brasil, o desenvolvimento econômico do país e o desenvolvimento de uma indústria capaz de dar ao Brasil maior autonomia, tanto militar quanto econômica. Tais ideias terão ênfase no relatório escrito por Góes Monteiro e apresentado em janeiro de 1934 ao chefe do governo provisório Getúlio Vargas. É neste documento em especial que José Murilo de Carvalho identifica o surgimento do projeto de intervencionismo controlador, com ênfase na defesa externa e interna, o industrialismo nacionalista e o envolvimento do Exército como ator principal deste processo, especialmente após o Estado Novo (CARVALHO, 1983, 145). Deve-se, no entanto, levar em conta que este é o discurso principal passado pelos militares franceses aos alunos brasileiros que frequentaram seus cursos durante a década de 1920. A Missão Militar Francesa teve especial atuação na Escola do Estado Maior do Exército e suas ideias influenciaram a maior parte dos militares que delas fizeram parte e que posteriormente seguiram carreira no Estado Maior do Exército (EME). Cabe comentar a consequência negativa que a falta de estudos sobre a MMF produz sobre as análises em relação ao papel dos militares na sociedade brasileira.

Em relação à Constituição de 1891 e seus tópicos sobre a defesa nacional, o oficial é conciso em demonstrar a ineficiência da carta magna. Mas, também, um comentário: a maior parte das críticas feitas por Magalhães são derivadas de seu conhecimento adquirido pelos cursos da MMF. Esta posição fica clara quando ele

critica a falta de preparo da nação para a guerra moderna, expressa na Constituição. Ora, a ideia da guerra total, aquela que envolve de roldão toda a nação, foi um conceito que tomou forma somente após a Primeira Guerra Mundial. As consequências da Grande Guerra para a doutrina de batalha militar e para a percepção dos governos civis em relação à guerra foi crucial. Portanto, é praticamente inverossímil que a carta de 1891, influenciada pelo positivismo e escrita por militares mais afastados do ardor profissional – basta lembrar que a maior parte dos militares na Constituinte eram identificados como *cientificistas* - tivesse essa preocupação. No entanto, Magalhães vê o germen do regionalismo e da desagregação presentes neste documento, sobretudo em relação ao privilégio dado aos estados de constituírem forças armadas ao seu dispor. Este problema foi evidenciado pelos militares presentes na Constituinte em 1891 e será assunto de preocupação militar constante e discutido diretamente nas páginas da ADN desde 1913.

As condições da guerra moderna, portanto, acentuavam a necessidade “de uma preparação completa, incessante, minuciosa, capaz de pôr em funcionamento o mecanismo nacional da guerra, sem retardo e em pleno rendimento no momento propício” (MAGALHÃES, 1949, p. 210). A nova Constituição, sendo este o documento primordial que rege a Nação, deveria abarcar todos os preceitos para a defesa nacional em um título exclusivo. Por ser o estado de guerra uma situação de crise e emergência para a nação, Magalhães acredita que “no momento de crise em que a lei predominante é a das *necessidades* nenhuma imposição legal *prevalecerá* no sentido de as contrariar” ou seja, em um estado de guerra a própria Constituição deveria prever as modificações das liberdades individuais e dos deveres do cidadão para atender ao estado de emergência. Falando abertamente, Magalhães é sucinto ao esclarecer que:

Sendo a necessidade a lei predominante na guerra, e sendo essas necessidades sempre urgentes e intransferíveis, não admitindo soluções protelatórias, deverá a nova Constituição determinar a *suspensão de todos os direitos e garantias vigentes no tempo de paz que acarretem prejuízos de modo direto ou indireto em relação às operações militares ou quaisquer outras atinentes aos interesses da defesa nacional*. [grifo no original] (MAGALHÃES, 1949, p. 212).

Para Bretas, ao ser nomeado membro encarregado da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional “Góes apresentará suas ideias relativas à organização política do Brasil, centrando suas colocações numa concepção mais radical e efetiva da defesa nacional. Nesse sentido, clarifica-se uma proposta autoritária que vai da restrição dos direitos individuais à concentração do poder pelo executivo” (BRETAS, 2008, p. 52). Destarte, vimos que quem elabora o pré-projeto constitucional

concernente às forças armadas é Magalhães, oficial do EME; Góes Monteiro, como oficial maior do grupo eleito para a constituinte apenas reforçou muitos desses pontos, que eram de interesse direto do EME. É possível também que as ideias defendidas por Góes fossem parte de um *lugar-comum* para parte da oficialidade militar. Entendemos por lugar-comum “um fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos” (BRESCIANI, 2005, p. 41) amplamente defendidas e partilhadas pelos militares entre os anos de 1910 e 1930, cujo maior expoente destas ideias é *A Defesa Nacional* e o grupo reunido em torno da revista.

O discurso de uma política militar também será encontrado em Góes Monteiro. De fato, foi a sua fala que materializou para a história a questão da *política do Exército*, embora este discurso estivesse associado aos militares de uma forma geral, como aqui apresentado. A obra intitulada “A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército”, publicada apenas em 1934, traz um esboço histórico da participação de Góes Monteiro na Revolução de 1930, suas ideias políticas em relação ao Exército e ao Brasil e uma série de tópicos expostos pelo militar em uma reportagem para o periódico “O Jornal”, em 1933 (MONTEIRO, 1934, p. 13). Por último, a obra apresenta o discurso feito por Góes Monteiro no momento de sua aceitação do cargo de Ministro da Guerra, no final do mês de janeiro de 1934.

Ao que tudo indica, o esboço histórico e o subtítulo “finalidade política do Exército” foram escritos antes de junho de 1932, pois Góes Monteiro faz uma referência ao Ministro da Guerra, general Leite de Castro. O que nos chama a atenção é que a obra foi publicada apenas em 1934, no entanto, as ideias ali expostas já estão nas páginas de ADN. Existem duas hipóteses para isto: ou o esboço escrito por Góes entre 1931 e 1932 circulava entre os oficiais de Estado Maior do Exército e acabaram influenciando os redatores de ADN ou Góes Monteiro acabou sendo influenciado pelas ideias que formavam um fundo compartilhado, na acepção de Bresciani sobre o lugar-comum. Parte dessas ideias teria, efetivamente, o núcleo de *A Defesa Nacional* como principal difusor.

Para Góes Monteiro, a república velha ruiu com a organização do Exército, o partidarismo político e sua infiltração acentuada na caserna corroeram a disciplina e a hierarquia da Instituição e o liberalismo continuava sendo um sistema político não ideal. A situação dos militares era dificultada, ainda, pela incompreensão do papel do Exército pelos políticos. Para reorganizar a Instituição, faz-se necessária uma lei de promoções que assegure a entrada dos mais capazes ao oficialato e seja capaz de afastar aqueles homens que não possuem talento para a profissão militar. Esta lei é uma constante

proposição nas páginas de ADN desde seu lançamento, em 1913. Para Góes Monteiro, o Exército:

É um órgão essencialmente político; e a ele interessa fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial da guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos da atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, o regime político social – tudo, enfim afeta a política militar de um país. (MONTEIRO, 1934, p. 133)

Similar discurso foi publicado na ADN no já referido editorial de abril de 1932, quando o redator entende que:

Os militares têm evidentemente um dever político como toda a gente [...] tais aspectos, aliás, envolvem quase todos os ramos da administração pública porque a guerra moderna é feita por toda a nação e com todos os seus recursos. Têm, portanto, de honestamente cogitar de todos os assuntos da vida nacional e de se preocupar com a política de todos os ministérios, porque desde a saúde e educação do povo, até o trabalho, as comunicações, as finanças, a diplomacia, em suma, todas as modalidades da política, tudo lhe interessa.¹⁰

A similaridade dos dois discursos é curiosa: os mesmos elementos estão presentes como a necessidade de se adequar a política do país à política militar e à consciência de que isto só será possível a partir do momento em que a ideia de que o Exército é um órgão *essencialmente político* for aceito. Todos os militares concordavam que “todo o mal consiste em tornar-se o militar político partidário, faccioso ou tribul” e que este comportamento só poderia levar à indisciplina e à dissociação da Instituição, nas palavras de Góes (MONTEIRO, 1932, p. 134). Neste quesito, os redatores de ADN complementam, em abril de 1932, ao dizer que “jamais lhe adveio qualquer vantagem das influências políticas em sua intimidade”.¹¹

Em fevereiro de 1934, J.B Magalhães traduz um artigo de autoria do general Von Seeckt, oficial do Estado Maior alemão, que representa bem aquilo que vem sendo escrito nas páginas de ADN. Para Von Seeckt, o exército é o braço armado do estado e tem como função defendê-lo externa e internamente. Desta forma, o estado tem deveres para com o exército e um deles é provê-lo materialmente para que possa cumprir sua missão de forma satisfatória. O texto termina dizendo que o exército é uma instituição política porque é uma instituição do Estado: “no sentido em que o compreendo, o exército deve ser uma instituição política, dando a essa palavra a estrita significação de

instituição de Estado. O exército não deve, certamente, servir à política de partidos”.¹² Ou seja, a opinião de Von Seeckt era a mesma dos militares brasileiros. A publicação do artigo nos permite levantar duas hipóteses: ou os redatores escolheram este texto como forma de demonstrar ao corpo de oficiais que militares de grandes exércitos pensavam da mesma forma que os militares brasileiros em relação à questão da política militar ou ele revela a influência exterior deste tipo de concepção na doutrina militar brasileira. É possível que ambas as hipóteses estejam corretas, embora em relação à segunda, maior comprovação se faz necessária.

O Exército, para os militares, é um símbolo do progresso porque a guerra, ao integrar toda a nação e dela necessitar, desenvolve o país com vias férreas, comunicações, indústria e agricultura. Logicamente “que a preparação consciente de uma nação para fazer face à eventualidade de uma guerra, politicamente justificável, não contraria seu progresso e antes o favorece”.¹³ Este trecho do editorial pode ser relacionado com um pensamento militar específico sobre o Brasil. Encontramos trechos similares deste mesmo discurso, tanto no manifesto dos revolucionários, distribuídos nas guarnições do Brasil em abril de 1931, como no relatório de Góes Monteiro em 1934.¹⁴ Ou seja, a ADN estava lançando um discurso militar influenciando potencialmente os militares.

Considerações finais

Para os redatores, a política em geral havia sido hostil em relação aos militares, tanto durante o período monárquico, quanto durante o período republicano. Esta hostilidade derivava da incompreensão dos políticos em relação às classes armadas, seu papel e suas necessidades em um país como o Brasil. Para os militares, a imigração desenfreada, a falta de aproveitamento das riquezas naturais do país, a enorme quantidade de analfabetos e as questões de interesse da defesa nacional são resultado de políticas nacionais inexistentes. Os políticos seriam os responsáveis por esta situação, já que não sabem coordenar ações visando ao interesse do país. Suas ações são sem continuidade e sem objetivos específicos, porque atendem a interesses pessoais ligados à política regional. O papel dos militares é ser um instrumento poderoso em um país jovem e moderno como o Brasil “notadamente para desenvolver e difundir um sentimento cívico acentuado e definido, para corrigir em parte a tendência dissociativa das correntes imigratórias, para manter os laços de coesão das diversas unidades nacionais, para facilitar (serviço militar obrigatório e geral) a reaproximação das classes

sociais; para difundir os hábitos e metodizá-los de cultura física”.¹⁵ Este discurso é o mesmo escrito em editorial de janeiro de 1932. Esta continuidade indica que o autor é o mesmo e que seu discurso reflete a opinião de todos os envolvidos diretamente na produção da revista. Pode ser tomado, portanto, como a opinião de uma parcela da oficialidade militar. A ADN advogava, desde 1920, ser o portal de voz dos militares, sua voz uníssona, um “eco de vozes” em relação às aspirações militares.¹⁶

O outro presidente de ADN enfocado aqui é o então major Tristão de Alencar Araripe. Este oficial se formou na arma de engenharia e em janeiro de 1921 foi promovido ao posto de segundo-tenente. Em 1926 este oficial passou a fazer parte do grupo mantenedor de *A Defesa Nacional*, juntamente com outros militares, como J. B. Magalhães, Eurico Dutra e Mário Travassos. Neste período, Araripe estava no Rio de Janeiro, cursando a Escola do Estado Maior, notadamente sob instrução da MMF. Aliás, este oficial se empenhou, quando esteve à frente de ADN, no encorajamento ao estudo das matérias da Escola do Estado Maior. De 1926 em diante, Araripe se destacou como colaborador de ADN, sendo votado para presidente para o período de 1935-1937. É durante esse período que a revista sofre grandes transformações. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Militar do Rio de Janeiro e ao do Espírito Santo, do qual foi presidente.

Embora não tenhamos identificado a produção intelectual de Araripe nas páginas de ADN em relação às Questões Nacionais, é pertinente lembrar que foi sob o seu comando que a revista sofreu grandes transformações, a partir de 1935. Nesta reforma, como aludimos anteriormente, a revista perdeu o seu editorial, canal já tradicional de discussão de assuntos ligados ou não à temática militar. Foi a partir de 1935 que assuntos como o comunismo e o autoritarismo ganham maior destaque na revista. Certamente, foram os militares influenciados, em muitos aspectos, pelo plano exterior e pela situação mundial pós-Primeira Guerra. Antes da Intentona Comunista em 1935, são escassos os artigos publicados na ADN que tratam acerca da temática anticomunista.

Em 1933 a Defesa Nacional publicou um artigo assinado pelo major João Batista Magalhães. Neste texto o autor elabora uma comparação a partir das semelhanças e diferenças entre o hitlerismo, fascismo e bolchevismo. A análise do major Magalhães afirma que o bolchevismo soviético se provara ineficaz naquele país, devido as teorias mal fundamentadas. Ainda assim, ocorre que a ameaça estaria na “sedução sobre as almas ingênuas”, conduzindo as massas a caminho das consequências do comunismo: trabalho forçado e miséria generalizada. Para a intelectualidade do Exército o comunismo era um perigo real e concreto. Essa preocupação torna-se latente e se

expressa na quantidade de artigos publicados na ADN. Se por um lado entre 1930 e 1933 são apenas dois textos publicados que abordam o comunismo, por outro lado entre 1934 e 1935 esse número aumenta para sete artigos, demonstrando como a temática passa a ganhar destaque.

O combate contra o comunismo será a tônica principal para a cúpula militar que irá construir o imaginário do Exército como guardião da Nação contra a “doutrina alienígena”. As revoltas armadas lideradas por Luís Carlos Prestes e decorrentes das articulações da Aliança Nacional Libertadora com o objetivo de tomar o poder central, foram rapidamente derrubadas pelas Forças Armadas. Com o fim da tentativa revolucionária da Intentona Comunista, os anos seguintes até a deflagração do Estado Novo em 1937, foram marcados por um contundente acirramento ideológico no país, que poderiam ser exemplificados no combate aos segmentos de esquerda e também na crescente centralização do poder de Getúlio Vargas. Além dos dispositivos jurídicos criados com a Doutrina de Segurança Nacional que visava o aprofundamento da repressão política, a ADN publicou em 1936 seis artigos dedicados a questão do comunismo. Destacamos o texto intitulado “Mystica Social e o Exercito”, escrito pelo major Correia Lima. Os recentes acontecimentos com a Intentona Comunista irão acirrar as posições dos intelectuais do Exército. Para o oficial:

Conhecendo isso, os “reformadores sociaes” e os “salvadores da patria” não se cançam em desencaminhar militares de preferencia os mais jovens e inexperientes, do cumprimento inflexivel dos seus deveres civicos e disciplinares.

[...] São os mãos brasileiros, hoje pomposamente conhecidos por “intellectuaes” fazendo o jogo de advenas scelerados (Berger ad caterva) a cujas ordens obedecem, pregando e insuflando o pretextado intencionalismo poltico-social, determinado pela Internacional Proletaria que nada mais é do que o joven e sanguinario imperialismo “materialista” russo.

[...] O communista, batido mas não vencido nas intentonas de novembro ultimo, está a espreita de outra occasião azada para lutar, novamente, pela implantação de seu insano e truculento visionarismo social. Não lhe dê a liberal-democracia o ensejo propicio, que elle não esperdiçará, da dissidencia, já esborçada com negras tintas, em suas fileiras pouco compactas (CORREIA LIMA, 1936, p. 311-312)

O expressivo número de artigos em 1936 pode ter como explicação o recrudescimento das ações repressivas do Governo Vargas a partir da Intentona Comunista de novembro de 1935. Para Rodrigo Motta a propaganda contrária ao comunismo e as medidas coercitivas das forças armadas acabaram por fortalecer o

imaginário popular quanto a vitoriosa campanha Varguista em “banir do país o imperialismo materialista russo” (MOTTA, 2002, p. 17).

Referências bibliográficas

BONET, Fernanda dos Santos. *AUTORITARISMO E NACIONALISMO*. O discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista "Cultura Política". Mestrado, PUCRS. 2010.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a sedução da objetividade*. UNESP: São Paulo, 2005.

BRETAS, Marcos Luiz. *O General Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército*. IN Revista Militares e Política, no. 2, janeiro-julho de 2008.

CAMARGO, Aspásia (org.). *Seminário da Revolução de 30*. Brasília: UNB, 1983.

COSTA, Wilma Peres da. (ORG). *A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

DE DECCA, Edgar. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1997. ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Record: Rio de Janeiro, 1994.

FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e Poder: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *A gênese regional da Revolução de 30*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/REVOL30-REE.pdf>. Acesso em março de 2010.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.

LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. Editora Unesp, 1997.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. *Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a República Liberal Oligárquica*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao PPG História, UFJF, 2015.

MAGALHÃES, J. B. *Estudo sobre as disposições a inserir na nova constituição relativamente à defesa nacional e as classes armadas*. IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 202, Janeiro-Março de 1949.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o Perigo Vermelho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Rio Janeiro: Andersen Editores, 1934.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

PRESTES, Anita L. Os militares e a Reação Republicana: as origens do Tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1993.

TORRES, Alberto. *Problema nacional brasileiro*. 4. ed. Brasília (DF): Univ. de Brasília, 1982.

TREVISAN, Leonardo. *As Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro*. Tese de Doutorado. USP, 1993, p. 31.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935 - Sonho e Realidade*. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

Notas

¹ Ata da fundação de *A Defesa Nacional* (ADN) publicada na ADN de outubro de 1933, em comemoração aos vinte anos de fundação da revista.

² EDITORIAL em *A Defesa Nacional*, No. 1, ano 1, outubro de 1913.

³ Fazemos referência aqui à frase tão famosa do General Góes Monteiro: “Aliás, sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército” [grifo no original]. (MONTEIRO, 1934, p.163)

⁴ **A Missão das Classes Armadas**, em *A Defesa Nacional*, janeiro de 1931.

⁵ Dr. Antonio Batista Pereira, **Classes Armadas**, em *A Defesa Nacional*, dezembro de 1931.

⁶ Referimo-nos aqui a Edgar de Decca e Manuel Domingos Neto. Para Edgar de Decca, o tenentismo foi uma invenção da década de 1930, com o intuito de descaracterizar outros agentes sociais que também pensavam a revolução. Para o autor, esta foi uma estratégia apropriada para levar ao esquecimento da história o papel revolucionário dos grupos menos favorecidos, como os operários: “inventar o tenentismo durante a década de trinta tornou-se a estratégia mais apropriada para descaracterizar o campo das propostas políticas que pregavam a luta revolucionária, conseguindo-se, com isso, desautorizar os agentes sociais que não se afinavam com o discurso da revolução produzido pelo poder estatal”. Para o autor da associação foi tão forte, que levou a diversas interpretações históricas nesse sentido (DE DECCA, 1997, p. 26 e 27). Para Neto, a historiografia teimou em associar os objetivos do movimento tenentista com os movimentos políticos pré e pós-revolução de 1930. Esta associação não está correta, pois, com exceção de Juarez Távora e Eduardo Gomes, não foram os tenentes que tiveram acesso ao poder e transformaram a relação do Exército com a política. Para o autor, esta ligação tem muito mais sentido quando se analisa a posição dos militares em torno de *A Defesa Nacional*. “Sem querer aprofundar a discussão sobre o sentido do movimento tenentista, estamos convencidos de que a atenção dada até o presente não é plenamente justificável. Não corresponde à importância política do movimento. Pelo menos se o compararmos ao dos jovens reformadores do Exército durante o mesmo período”. (ROUQUIÉ, 1994, p. 62).

⁷ Referimo-nos aqui à opinião de João Quartim de Moraes. Para o autor, a influência do movimento reunido em torno de *A Defesa Nacional* foi superestimado pelas análises de cunho organizacional, principalmente aquelas feitas pro José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho. Para Moraes, este movimento tem cunho positivista e interventor, ambos os fatores negados nas análises dos autores criticados. (MORAES apud COSTA, 1997, p.79).

⁸ **Política Militar**, em *A Defesa Nacional*, fevereiro de 1932.

⁹ **A Propósito do Momento Atual**, em *A Defesa Nacional*, abril/maio de 1933.

¹⁰ **A Política Militar e a prática política** em *A Defesa Nacional*, abril de 1932.

¹¹ **A Política Militar e a prática política** em *A Defesa Nacional*, abril de 1932.

¹² **O Exército no Estado**, em *A Defesa Nacional*, fevereiro de 1934.

¹³ Exércitos Modernos, em *A Defesa Nacional*, fevereiro de 1933.

¹⁴ Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha AO cp 1934.01.29/2. O documento GV cp 34.01.18/2 completa este.

¹⁵ **A Política e a Defesa Nacional**, em *A Defesa Nacional*, maio de 1932.

¹⁶ Em março de 1930 os redatores publicam a seguinte epígrafe: “A Defesa Nacional não é um órgão de um grupo de oficiais, mas deseja e deve ser órgão autorizado da classe, de todo o Exército”.

Artigo recebido em 22 de setembro de 2017 e aceito em 24 de outubro de 2018.